

**(DES)LEGITIMANDO AS CIÊNCIAS DA LINGUAGEM:  
NOTAS PARA (NÃO) DEIXAR SEU LINGUISTA EM PAZ**

Éderson Luís Silveira<sup>1</sup>

Agnaldo Almeida de Jesus<sup>2</sup>

**Resumo:** Esta pesquisa qualitativa visa compreender gestos de interpretação a partir da fala de sujeitos acerca da Linguística e do linguista. Para isso, filiar-nos-emos aos estudos da Análise de Discurso de linha francesa, a partir de Michel Pêcheux para refletir (inclusive a partir de autores não filiados à AD) e à História das ideias linguísticas. Tomaremos como *corpus* duas matérias, uma com um gramático normativo, outra com um professor universitário. Pudemos observar que são perpassadas, por ambos, imagens e avaliações negativas em relação à Linguística e aos linguistas. Dessa forma, a prática discursiva não visa incluir outras formas de perceber o linguista e a Linguística, mas em fixar identidades repetitivas e conservadoras sobre as instâncias e sujeitos a que se referem.

**Palavras-chave:** discurso; ideias linguísticas; identidade.

**Abstract:** This qualitative paper seeks to understand interpretation gestures from the talk of subjects about Linguistics and linguist. To do this, we will join the discourse analysis studies of French line, from Michel Pêcheux to reflect (including from authors not affiliated with the discourse analysis) and to the history of linguistic ideas. We will take as corpus two subjects, one with a normative Grammarian, another with a college professor. We have seen that are perpassadas, for both images and negative appraisals in relation to Linguistics and linguistic experts. In this way, the discursive practice is not intended to include other forms of notice the linguist and Linguistics, but to set repetitive and conservative identities about the instances and subject to which they relate.

**Keywords:** discourse, linguistic ideas, identity.

## Introdução

Nossa ciência não é exata e cotejamos nosso espaço de compreensão com o equívoco, o não saber. É isto que nos impulsiona no conhecimento da linguagem, mais amplamente, e na reflexão sobre nossa língua, pois não há objeto de conhecimento, no campo de estudos da linguagem, que esgote se em gestos de interpretação unívocos e definitivos (ORLANDI, 2014, p. 123).

Iniciamos esta reflexão com o enunciado acima por acreditarmos que ele faz emergir a questão proposta no presente trabalho: refletir sobre o imaginário e os valores socialmente cristalizados sobre a Linguística e os linguistas (re)produzidos e postos em circulação, pela mídia nacional, por sujeitos que ocupam diferentes posições discursivas<sup>3</sup>. A princípio, podemos chamar

---

<sup>1</sup> Doutorando em Linguística, Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. E-mail: [ediliteratus@gmail.com](mailto:ediliteratus@gmail.com)

<sup>2</sup> Doutorando em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. E-mail: [agnaldoal@hotmail.com](mailto:agnaldoal@hotmail.com)

<sup>3</sup> Em linhas gerais, para a Análise de Discurso de linha francesa, o sujeito é uma posição entre outras a partir da qual se enuncia (ORLANDI, 2012). Por serem determinadas sócio-histórico e ideologicamente, as posições discursivas funcionam diferentemente em uma mesma ou em diferentes conjunturas histórico-sociais. Por Linguagem, São Carlos, v. 26 (1): 2016.

atenção para o termo “equivoco”. Correntemente, a palavra “equivoco” é tomada como sinônimo de “erro”, “engano”, “mal-entendido”, “falha”, “ambiguidade”. Ao invés de considerar o equivoco como sinônimo dos termos anteriormente mencionados, pensamos, seguindo Gadet & Pêcheux (2004, p. 64), como o “[...] ponto em que o impossível (linguístico) vem aliar-se à contradição (histórica); o ponto em que a língua atinge a história”.

A partir da principal posição teórica que assumimos no presente trabalho, a Análise de Discurso de inspiração pecheutiana, propondo um diálogo com teóricos de outras áreas do saber, como da História das Ideias linguísticas, o “equivoco” diz respeito, antes de tudo, à falha da língua inscrita na história (ORLANDI, 2007a; 2007b, 2012), visto que não é possível dizer tudo. Ensina-nos Pêcheux (2009), que um enunciado pode torna-se outro, diferente de si mesmo, de deslocar-se discursivamente de um sentido para um outro. Discursivamente, o equivoco é:

Marca de resistência que *afeta a regularidade do sistema* da língua, este conceito surge da forma como a língua é concebida na AD (enquanto materialidade do discurso, sistema não-homogêneo e aberto). Algumas de suas manifestações são as falhas, lapsos, deslizamentos, mal-entendidos, ambiguidades, que fazem parte da língua e representam uma marca de resistência e uma diferenciação em relação ao sistema. Dizemos, com Pêcheux (1988), que todo enunciado pode sempre tornar-se outro, uma vez que seu sentido pode ser muitos, mas não qualquer um (LEANDRO FERREIRA, 2005, p. 14).

Interessam-nos os efeitos de sentidos que são produzidos pela materialização do discurso na língua sobre a Linguística e o linguista. Como argumenta Orlandi (2007a, p. 15), “Todo discurso já é uma fala que fala com outras palavras através de outras palavras (da perspectiva discursiva, as palavras já são sempre discursos na sua relação com os sentidos)”. Sendo assim, problematizações em torno da língua, em contextos midiáticos, não podem escapar ao “equivoco”, já que nos estudos da linguagem não há gestos de interpretação unívocos e definitivos; há sempre a possibilidade de outros sentidos.

Nessa perspectiva, retomamos algumas questões, abertas e discutidas outrora por linguistas, como Faraco (2004; 2008), Pennycook (2004): qual o papel da Linguística (e do seu fazer científico contra indutivo, próprio da racionalidade moderna) e do linguista (enquanto cientista) no atual cenário brasileiro? Por que, mesmo depois de 50 anos de sua institucionalização nas universidades brasileiras, ainda se tem a naturalização de que a Linguística (principalmente as disciplinas como a Sociolinguística, conhecida pelos estudos acerca da variação linguística) permaneça no espaço da academia e não ultrapasse seus muros, não alcance o grande público e, sobretudo, tenha os pressupostos teóricos deturpados com frequência? Os linguistas realmente “aceitam tudo”?

Não pretendemos responder categoricamente a todas essas questões, e sim, a partir delas, promover o encontro com problematizações que permitam ao leitor pensar acerca do lugar da ciência linguística na contemporaneidade. Para tanto, tomaremos como *corpus* duas matérias veiculadas pela mídia nacional: “Traquinices linguísticas” (LIMA, 2013) e “Em defesa da gramática”

---

exemplo, da posição de mãe tornou-se habitual um discurso protetor, mas também é possível um discurso autoritário, de indiferença etc.

(LIMA, 2011)<sup>4</sup>. Ressaltamos que se trata de um estudo desencadeado a partir da História das Ideias Linguísticas, norteados por um “olhar discursivo”, não apenas da Análise de Discurso pecheutiana, visto que autores de outras vertentes teóricas serão mobilizados, como Auroux e Faraco.

Para cotejar nossos propósitos, inicialmente, discorreremos sobre a institucionalização da Linguística no Brasil; na seção seguinte, tecemos algumas considerações sobre as noções de sujeito e discurso; depois, ingressamos nos terrenos da análise aqui proposta a partir de algumas sequências discursivas extraídas das reportagens referidas anteriormente; por fim, na seção final, fazemos um apanhado geral das considerações das outras seções e promover o efeito de fechamento do texto, sem pretender a produção de um efeito de encerramento das discussões aqui ventiladas. Nenhuma discussão pode se dar por rematada devido a incompletude constituinte da linguagem: ao dizer, algo sempre escapa e o real aparece como algo impossível de ser completamente simbolizado. A partir dos gestos de interpretações que aqui serão apresentados temos, então, uma inspiração discursivamente situada:

[...] levar em conta a determinação histórica que constitui cada materialidade, para, desse modo, observar em que medida a temporalidade e a exterioridade se inscrevem no processo discursivo. A determinação histórica de cada materialidade relaciona-se às condições de produção, possibilitando-nos entender quais saberes/dizeres estão em circulação em determinada conjuntura sócio-histórica e ideológica, bem como as filiações de sentidos que se estabelecem (SCHNEIDERS, 2013, p. 28).

## **O desenvolvimento dos estudos da linguagem e a institucionalização da linguística no Brasil**

Sob diversos prismas é possível analisar as questões de ordem linguística. Da Antiguidade aos nossos dias, os estudos sobre a linguagem constituem-se em um campo de grande interesse para filósofos, gramáticos, linguistas, posições que, muitas vezes, podem ser ocupadas por um mesmo sujeito. É, porém, com o advento da Linguística moderna, com a publicação do célebre *Curso de linguística geral* de Ferdinand de Saussure, no início do século XX, que tais estudos passam a ser referenciados como científicos, por ter um objeto empírico e um método de estudo definidos (ORLANDI, 2009).

No final dos anos de 1960, no campo de estudos da linguagem, emerge a Análise de Discurso, que questiona alguns pressupostos saussurianos, sobretudo ao que diz respeito ao corte língua/fala, propondo um deslocamento para língua/discurso, sem oposição. Observada pelo viés discursivo, a materialidade linguística é historicamente determinada, porque não é estritamente linguística e, assim, a exterioridade passa a ser percebida como constitutiva do objeto de estudo. Não podemos negar que o fazer científico se produz sob condições históricas e institucionais específicas, e assim torna-se possível observar, a partir do arcabouço teórico-

---

<sup>4</sup> Como os sobrenomes dos sujeitos que assinam os textos aqui analisados são os mesmos (LIMA, 2011; LIMA, 2013), utilizaremos o nome da publicação onde o texto foi veiculado (Veja 2011; Língua Portuguesa 2013).

epistemológico mencionado, como se desenvolveram os estudos da linguagem no Brasil, desde a chegada da língua portuguesa em território nacional, até a institucionalização da Linguística, ciência capaz de descrever os fatos da língua. Filiando-nos a esse posicionamento teórico, é imprescindível pensar a língua em sua historicização, e em sua relação com a política (Estado/Nação) e com a organização social, com suas instituições (ORLANDI, 2014).

Ao analisar o processo de gramaticalização<sup>5</sup> do português em território brasileiro por um viés histórico, Guimarães (1996a) distingue quatro momentos. Conforme o autor, o primeiro momento transcorre de 1500, com a descoberta do Brasil, até meados do século XIX. É marcado pela não existência de estudos da língua portuguesa elaborados no Brasil<sup>6</sup>. Em seus anos finais, observa-se a influência de outros países na constituição das ideias linguísticas em nosso país, além das polêmicas travadas por José de Alencar e Pinheiro Chagas, em relação a “liberdade” gramatical, na literatura, buscada pelo autor brasileiro acima mencionado.

Considerado o período gramatical pela intensa publicação de gramáticas de autoria de brasileiros, o segundo momento inicia na segunda metade do século XIX, a partir das discussões que encerram o período anterior e pela publicação da *Gramática Portuguesa* (1981) de Júlio Ribeiro. As gramáticas aqui produzidas, nesse momento, buscam um distanciamento do saber metalinguístico de Portugal e visam atender ao novo Programa de Português para Exames Preparatórios, elaborado por Fausto Barreto, em 1887. Finda com a fundação das primeiras Faculdades de Letras no Brasil<sup>7</sup>, no final dos anos de 1930.

O terceiro momento, por sua vez, decorre do final dos anos de 1930 até meados da década de 1960, quando a Linguística é instituída como uma disciplina obrigatória nos cursos de Letras do Brasil pelo Conselho Federal de Educação. Com a fundação das Faculdades de Letras, de acordo com Guimarães (1996a, p. 131), é aberto um “espaço de pesquisa sobre questões de linguagem, o que está ligado fundamentalmente a questões relacionadas a um padrão literário e ao ensino”. Além das publicações de obras como *História da Língua Portuguesa* de Serafim da Silva Neto, *A formação Histórica da Língua Portuguesa* de Silveira Bueno, destacam-se os estudos de Joaquim Mattoso Câmara Jr., considerado pai da Linguística moderna no Brasil. Sobre este autor, Lagazzi-Rodrigues (2002, p. 13) argumenta: “Falar em linguística no Brasil é certamente não ignorar o grande autor Mattoso Câmara e sua obra que trouxe para os estudos gramaticais o lugar da descrição científica”. É desta época ainda a instituição da Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), elaborada em 1958, com o aval do Ministério da Educação, e sancionada no ano subsequente.

A institucionalização da Linguística, enquanto disciplina obrigatória, no currículo dos cursos de Letras, em 1965, assinala o término do período anterior e o início do quarto período, no qual nos encontramos atualmente, conforme Guimarães (1996a). Nesse, emergem os primeiros

---

<sup>5</sup> Junto a Auroux (2009, p. 65), entendemos por gramaticalização o processo “[...] que conduz a *descrever* e a *instrumentar* uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário”. Assim, uma língua é gramatizada quando podemos aprendê-la (falar/escrever) por meio dos instrumentos linguísticos, com a gramática.

<sup>6</sup> De acordo com Guimarães e Orlandi (1996b), os estudos do português e da gramática consistiam em uma apropriação de nosso país por Portugal. É na segunda metade desse século que tais estudos começam a se desenvolver de modo particular, com os próprios instrumentos linguísticos: gramáticas de autoria brasileira.

<sup>7</sup> Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras da USP, em 1937; Faculdade Nacional de Letras da Universidade do Brasil, em 1939.

cursos de pós-graduação em Linguística do país (USP, 1966; UNICAMP, 1971). Os trabalhos desenvolvidos nas universidades brasileiras seguem diferentes vieses: trabalhos gramaticais de cunho normativo, estrutural, funcional ou gerativo; trabalhos de sociolinguística (varacionista, interacionista), que buscam descrever variantes regionais do nosso português, além de trabalhos de linguística histórica, de pragmática, de semântica e em Análise de Discurso. Consoante Orlandi (1997, p. 01):

A autoria do saber sobre a língua deixa de ser uma posição do gramático e será patrocinado pela linguística. Saber como a língua funciona dá autoridade ao linguista para dizer como uma língua é (português no Brasil/português europeu). A autoria da gramática passa a necessitar de caução do linguista, já que este tem o conhecimento científico da língua. Há uma transferência do conhecimento do gramático para o linguista.

Cabe destacar que mesmo com a implantação da Linguística nos cursos de Letras continuou a se perpetuar o ensino de gramática nos ensinos fundamental e médio. Ou seja,

A escola, em termos gerais, vai estabilizando a diferença entre a normatividade da gramática e a descrição científica da língua na medida em que tem seu funcionamento cada vez mais estruturado pelo ensino normativo da língua. Fica estabelecido na escola o lugar do professor de língua (normativa) (LAGAZZI-RODRIGUES, 2002, p. 14).

Parece-nos, então, que é justamente essa questão da institucionalização da Linguística entre os “muros” da academia que limitou, por muito tempo, seu alcance social. Conforme Pennycook (2004, p. 40), de modo geral, e não só no Brasil, “essa constante reivindicação de ser ciência – que se exacerbou na linguística graças à sua condição de fundadora do empreendimento estruturalista<sup>8</sup> – tem lhe dado credibilidade acadêmica ao custo da credibilidade social”. Nessa constituição contraditória, incidem as problematizações elencadas acima, que podemos retomar de forma genérica pelo seguinte questionamento: como se enlaçam a Linguística, a academia e a sociedade?

Nesse contexto, podem ser mencionados também alguns linguistas, entre tantos outros, que se dedica(ram) a esta discussão, como Carlos Alberto Faraco (2008), por exemplo, quando este afirma que a crítica à norma padrão posta por tais sujeitos:

[...] provocou (e continua provocando) um debate acalorado e um tanto quanto sanguíneo, embora fundado em equívocos. Entenderam alguns que essa crítica estava propondo o abandono de toda e qualquer preocupação normativa, quando, na verdade, ela não fazia isso. Apenas questionava os preceitos normativos descolados da realidade brasileira e cultivados por uma rígida e anacrônica tradição pseudopurista [...], ao mesmo tempo que criticava as estratégias pedagógicas de seu ensino, fundadas numa cultura negativa – a cultura do erro (FARACO, 2008, p. 24).

---

<sup>8</sup> O Estruturalismo, base da Linguística moderna, visa analisar a língua enquanto um sistema autônomo de signos (fato social, virtual), em detrimento da fala, a manifestação individual da língua (circunstancial e variável). De acordo com Orlandi (2009, p. 22), “como a fala depende do indivíduo e não é sistemática, ele a exclui do campo da linguística”.

Nesse quadro, alguns se sentiram convocados para combater, continua o autor, “[...] todos os que – pretensamente – queriam destruir a ‘boa linguagem’ e seu ensino, adeptos que seriam do populismo e da anarquia linguística, do tudo vale, do tudo pode” (FARACO, 2008, p. 24). Cabe destacar que a transferência da autoridade do gramático para o linguista, como foi mencionado anteriormente, não dissolveu enunciados naturalizados que circulam no imaginário social brasileiro, tais como: “a norma culta é a boa” ou a “correta forma” da língua; “saber português é saber gramática normativa”, etc.

### **Algumas considerações sobre o sujeito e o discurso**

A partir das considerações acima apresentadas, podemos observar desde já um jogo conflituoso entre, no mínimo, duas posições-sujeito, a dos gramáticos e a dos linguistas, que buscam, situados sócio-historicamente e ideologicamente, enunciar sobre a Linguística, ou do lugar dessa ciência. Considerando que não existe uma relação direta entre a história dos estudos linguísticos no Brasil e a concepção de sujeito discursivo (há outras formas de perceber a subjetividade no campo de estudos da linguagem, inclusive a exclusão do sujeito em estudos formais, por exemplo), cabe acentuar que esse conceito pode ser então operacionalizado teoricamente para auxiliar a tecer gestos de interpretação acerca dos embates entre diferentes posições-sujeito.

Para pensar o sujeito a partir dos estudos discursivos, ele não pode ser tomado como sinônimo de indivíduo, no sentido de ter existência individualizada no mundo, ou sujeito empírico, mas como o resultado da “[...] relação com a **linguagem** e a **história**, o sujeito do discurso não é totalmente livre, nem totalmente determinado por mecanismos exteriores” (LEANDRO FERREIRA, 2005, p. 21, grifo do autor). Ele constitui-se na relação com o Outro, o interdiscurso, conjugado de formulados ditas e já esquecidas que constituem o nosso dizer. É o interdiscurso que permite a retomada e o deslocamento de sentidos, os quais são, assim como o sujeito, determinados sócio-historicamente. Na constituição do sujeito e dos sentidos incidem o imaginário e a ideologia. Esta é aqui entendida como a relação imaginária entre o sujeito e suas condições materiais de existência. É a interpelação do indivíduo em sujeito pela ideologia que faz com que ele se identifique a determinadas posições, as quais recortam o interdiscurso de modos diferentes. Ou seja, podemos enunciar sobre um mesmo tema de posições-sujeito diferentes, acreditando que os sentidos nelas produzidos são evidentes, naturais, ou, até mesmo, verdadeiros.

Desse modo, conforme Leandro Ferreira (2005), o sujeito não é fonte do sentido, tampouco origem do discurso. Dessa forma, ao levarmos em conta que a materialidade linguística é historicamente determinada, “[...] o indivíduo se subjetiva e se identifica, inscrevendo-se em processos discursivos no âmbito dos quais produz diferentes efeitos de sentido” (INDURSKY, 2010, p. 39). O sentido, por sua vez, não é percebido como algo dado, “evidente”, não tem existência como produto inacabado, mas está sempre em curso, “[...] é movente e se produz dentro de uma determinação histórico-social, daí a necessidade de se falar em **efeitos de sentido**” (LEANDRO FERREIRA, 2001, p. 21, grifo do autor). Sobre isto, complementa Orlandi:

O sentido não está em lugar nenhum, mas se produz nas relações: dos sujeitos, dos sentidos. [...] sujeito e sentido se constituem mutuamente, pela sua inscrição no jogo das múltiplas formações discursivas [...] que refletem as diferenças ideológicas, o modo como as posições dos sujeitos, seus lugares sociais aí representados, constituem sentidos diferentes (ORLANDI, 2007b, p. 20).

Recuperamos, assim, a questão do “equivoco”, enquanto inscrição da língua na história para refletir sobre as palavras tomadas enquanto discurso devido ao fato de que os efeitos de sentido naturalizados sócio-historicamente que circulam na mídia sobre a Linguística e o linguista, muitas vezes, produzem derivas em relação ao que é defendido por tal ciência e sujeitos. O que é proferido pelo senso comum em relação à Linguística (e mesmo em meios oficiais, como no jornalismo, por exemplo) se reproduz frequentemente e produz efeitos de verdade em meios sócio-históricos específicos, ao evocar outros domínios discursivos. Tem-se, então, regularidades que emergem a partir de discursos proferidos ou escritos que colocam dizeres em funcionamento. Pode ser afirmado que se trata de um equivoco de ordem ideológica, visto que a prática discursiva não visa incluir outras formas de perceber o linguista e a Linguística, mas em fixar identidades repetitivas e conservadoras sobre as instâncias e sujeitos a que se referem. Trataremos deste ponto na seção subsequente sem deixar de levar em consideração a noção de efeitos de sentido a partir da relação dos sujeitos e dos sentidos produzidos na história.

### **Adentrando os terrenos do corpus: o que é e o que pode a ciência linguística? Qual o papel do linguista na sociedade?**

Primeiramente, cabe assinalar a naturalização do discurso em condições sócio-históricas específicas, que se reproduz exponencialmente em muitas instâncias a ponto de gerar polêmicas, como a do livro didático *Por uma vida melhor*: a partir de um enunciado deslocado do seu contexto de produção, como “nóis pega os peixe”, são postos em circulação sentidos de que ciência linguística propõe a abolição das normas estipuladas e defendidas por compêndios gramaticais normativos, como pontua Almeida (2013; 2015). Não basta situar que a sociolinguística, entre outras vertentes da Linguística, não procura deslegitimar a norma culta nem bani-la das instâncias formais de uso da língua. O que ela busca é problematizar usos defendidos *ad infinitum* que já se descolaram da realidade de uso da língua, tornando-se obsoletos.

É a uma tradição pseudopurista, nas palavras de Faraco (2008), que os linguistas se opõem. Esta tradição, ao ser utilizada no ensino básico, faz com que este esteja pautado na cultura do “certo” e do “errado”. Para Sírio Possenti (2011) a gramática é uma disciplina mal ensinada porque os argumentos dos gramáticos não são demonstrados, mas impostos. Tratam-se de argumentos de autoridade. Para ele, não se observam os fatos da língua nem como as línguas são objetos complexos que estão sempre em construção. Dessa forma,

Contrariando a existência deste organismo, ocorre em nossa sociedade a reprodução de discursos que podam-lhe a essência e a transformam em um objeto concreto, mensurável, reduzido e engaiolado por normas e restrições que acabam

por amarrar um ideal de língua ‘superior’, ora ligado à fala urbana culta dos grandes centros, ora espelhando-se na escrita, onde as mudanças não ocorrem de modo tão significativo quanto em relação à língua falada. Então, quando ocorre a escolha de uma língua que deve ser ensinada (a língua ‘correta’), isso não ocorre sem consequências (SILVEIRA, 2013, p. 01).

A busca de um modelo de língua homogênea se torna mensurável frequentemente a nível de construção de uma língua do Estado/Nação que homogeneize documentos formais e estabeleça critérios de aproximação entre instâncias formais de uso da escrita. Quando a escrita e os modos de falar da língua urbana culta são utilizados como parâmetros para dizer como se “deve” ou não falar, isso não ocorre sem efeitos, pois incide no nível de subjetivação dos sujeitos. Isso porque:

[...] se a língua é o corpo material que serve de base concreta à ação estruturante da própria condição de simbolizar [...] tratar de torná-la homogênea significa tratar de dispor de meios de controle sobre as modalidades de subjetivação dos sujeitos e, portanto, das formas de produção de sentidos (ZANDWAIS, 2012, p. 175).

Para Zandwais (2012), na busca de resgatar o sonho de Babel de uma comunidade isenta da dispersão dos povos através do uso comum da língua, o sonho da humanidade parece frequentemente ser dispor de meios de controlar modos de enunciar através da sujeição a um código linguístico específico. Sendo assim, o imaginário da língua culta não pode ser apresentado a partir de proposições discursivamente situadas sem que seja mencionado seu caráter de não transparência.

Ao problematizar os contextos em que tal homogeneização linguística se dá, os linguistas aparecem como prestadores de um “desserviço” a comunidade de usuários da língua que precisam levar em consideração - sem exceções (e tudo o que for do parâmetro da exceção passa a ser deslegitimado, por consequência deste gesto) - a modalidade formal da língua portuguesa, baseada na normatização da língua, “[...] a partir dos imaginários de ‘solidez’ com os quais a língua é representada” (ZANDWAIS, 2012, p. 183). Antes de prosseguirmos com a análise do *corpus*, vale destacar o purismo que pode ser encontrado em diversos lugares em que se defende o uso e a aprendizagem daquilo que se chama comumente de “o bom português”. Sobre isso, valem-nos as palavras de Bernard Spolsky, professor da Universidad Bar-Illan, em Israel.

Muitas vezes, encontramos no centro de todo movimento purista um ou dois gramáticos que se consideram peritos no bom uso da língua. Eles costumam ser aqueles que escrevem colunas em jornais e livros para as escolas, além de serem regularmente convidados a sentar-se ao lado de escritores e poetas nas academias e comissões de linguagem. Tais especialistas, que normalmente estudam a forma literária e padrão de sua própria língua materna, esforçaram-se tremendamente para descrever a língua e sua gramática e seguem fornecendo meios para purificar e cultivar a língua. Tendo descoberto os padrões e regularidades do idioma, e tendo desenvolvido um grande respeito pelo valor literário dos grandes escritores, não é de estranhar que eles se tornem defensores da boa língua (SPOLSKY, 2004, p. 49).

Para observar de perto se ainda são perpassados esses valores e imaginários, como já mencionamos, tomaremos como *corpus* duas matérias: “Em defesa da gramática” (entrevista com Evanildo Bechara, gramático de cunho normativo) e “Traquinices linguísticas” (matéria escrita por Roberto Sarmiento Lima, um professor universitário de literatura), postas em circulação pelas



revistas *Veja* e *Língua Portuguesa*, respectivamente. Conforme Orlandi (2012), a circulação é de suma importância no processo de produção do discurso, pois nenhum meio é neutro. A circulação dos discursos se dá em uma determinada conjuntura e de acordo com certas condições.

Em linhas gerais, pontuamos que a *Veja* é uma revista semanal, de maior tiragem no Brasil, na qual são tratados diversos temas que perpassam a política, a economia etc. A entrevista em pauta está situada nas “páginas amarelas”, lugar exclusivo para este gênero do discurso. Por ser uma seção importante na publicação, são convidados políticos, personalidades etc. A revista *Língua Portuguesa*, por seu turno, é uma publicação mensal que tem a proposta de tratar de temas circunscritos à língua(gem). Nela, são encontrados artigos, entrevistas etc., de gramáticos e, sobretudo, de linguistas, uma vez que sua grande proposta é veicular conhecimentos para a grande população sobre a ciência da linguagem. Vejamos, então, duas sequências discursivas (SD) recortadas de tais matérias:

(SD1): Se não foi por negligência ou por flagrante **desserviço à cultura dita formal**, os avaliadores do Enem quiseram, junto a **linguistas sabidos**, passar a impressão de que **erros ortográficos** são o que menos importa no âmbito dos estudos da língua em sua modalidade escrita culta (*Língua Portuguesa*, 2013, p. 36-37, grifos nossos).

(SD2): Nenhum país **desenvolvido** prega a **desvalorização da norma culta** na sala de aula ou inclui esse tipo de ideia nos livros didáticos. Esse **desserviço** aos alunos e à sociedade como um todo só encontra eco mesmo no Brasil (*Veja*, 2011, p. 24, grifos nossos).

Como pontuado acima, não há transparência no dizer e tudo o que é dito, sob o viés discursivo, fala com outras palavras através das palavras ditas. As duas sequências discursivas se aproximam e se distanciam por nuances muito tênues. Em ambas, temos a deslegitimação de sujeitos nomeados: em ambos se tem a tessitura de críticas ao eco dos estudos linguísticos no ensino. Na primeira sequência discursiva, criticam-se os avaliadores do ENEM e os “linguistas sabidos” como defensores de que a incidência de erros ortográficos na escrita formal é o que menos importa no instante de redação de um texto.

Em (SD2), o que temos é a crítica à desvalorização da norma culta. Se a primeira critica os avaliadores do ENEM e os linguistas e a partir da segunda temos a manifestação da indignação em relação a transposição de uma suposta deslegitimação da norma culta em livros didáticos, a palavra “desserviço” encontra nas duas uma aproximação possível e um efeito de transparência que aponta para uma negatividade em relação ao modo como a ciência linguística vem intervindo tanto no ensino (nas duas sequências) quanto nas instâncias formais de avaliação de candidatos (como no caso da alusão aos avaliadores do ENEM, na primeira sequência).

Até o momento, pode-se perceber que não mencionamos que “o enunciador tal diz que” e isso não se dá sem efeitos teóricos. Trata-se de justificar outra posição discursivamente situada: o sujeito não é transparente nem para si mesmo e nem em relação ao que diz, não sendo apreendido, no âmbito dos estudos discursivos como fonte ou origem do dizer. Ao invés de um indivíduo, ele é o lugar em que se manifesta uma série de outros sujeitos, pois trata-se de um

sujeito social e historicamente situado. Por isso, o que nos interessa aqui é a posição do gramático enquanto defensor paladino da norma culta e o outro professor que, a partir de seu dizer, se aproxima dessa posição, enunciando a partir de um mesmo lugar de dizer. Por isso, dizemos que os sujeitos podem ser apreendidos através das posições que ocupam e, sendo assim, os enunciados revelam os lugares de onde falam os sujeitos. São estes sujeitos que reverberam através dos enunciados proferidos a homogeneização da língua, inscrevendo suas falas no desejo de que a língua se torne transparente e abstrata, desprovida de ambiguidades e equívocos, ou seja, sem a possibilidade de produção de outros sentidos.

A presença de duas outras expressões – “estudos da língua” e “livros didáticos” – chama também a atenção, já que revelam espaços em que a Linguística se faz operar os efeitos dos estudos que propõe. Os que defendem a normatização extrema de toda modalidade culta escrita passam a fazer reverberar em seus dizeres argumentos que legitimem a autoridade das gramáticas ortodoxas que não possibilitam a reflexão sobre os usos da língua, que não percebem a língua como objeto orgânico e complexo.

O caráter da normatização frequentemente ressaltado e elogiado como algo a ser “defendido” dos que prestam um “desserviço” à população faz ocultar propositalmente um desaparecimento linguístico que ocasiona. Só a normatização no ensino e o ensino pautado nos critérios de “certo” e “errado” não daria – e não dá – conta de fazer perceber que a língua de cultura, enquanto entidade abstrata é aquela que “[...] não somente é inacessível à maioria, mas também se torna inútil para os que são excluídos mais cedo da instituição escolar”. (ZANDWAIS, 2012, p. 182) Então através da defesa da normatização tem-se outro critério estabelecido no imaginário coletivo que reproduz a defesa da homogeneização linguística: o lugar social dos sujeitos, a história desses sujeitos e os modos de subjetivação passam a estar relacionados diretamente ao código que este sujeito domina.

Não é à toa que expressões como “norma culta” e “modalidade escrita culta” emergem em textos em que ocorrem reverberações de críticas em relação aos linguistas, já que o que se pressupõe é que haja o dever de ensinar esquadrinhando obrigatoriamente os sujeitos através da apropriação de um tipo de língua, a língua de cultura, de prestígio. Cabe então ressaltar que, no interior das instâncias em que os sujeitos discursivos enunciam, tem-se limites que delimitam o que se pode e o que não se pode dizer. O argumento da “unidade linguística” parece não precisar de reflexões, já que se inscreve noutro argumento: a língua como unidade nacional, como patrimônio, que carece de homogeneização para que não haja babelização entre os falantes. Assim, “[...] a língua nacional torna-se homogênea, para os fins políticos a que serve, sendo refratadas as condições concretas sob as quais funciona” (ZANDWAIS, 2012, p. 180).

Outro ponto pode então chamar atenção no empenho do professor-enunciador da primeira sequência discursiva em relação aos linguistas (e aos avaliadores do ENEM): tem-se associadas aos estudiosos da linguagem um empenho em negligenciar e prestar propositalmente um “flagrante desserviço à cultura dita formal”. As expressões “negligência” e “flagrante” assinalam posicionamentos que podem fazer o leitor ter a impressão de que o sujeito que enuncia é a fonte de seu dizer.

Conforme já destacamos anteriormente, o sujeito discursivo só é sujeito porque através de sua fala pode ser percebido situado historicamente como sujeito entre outros sujeitos, pois assinalar aquele que enuncia como fonte do dizer seria ir a favor da evidência do dado, o que estaria contrário às postulações de Michel Pêcheux (2014) que, inspirado em Michel Foucault, a partir de questionamentos advindos da *Arqueologia do Saber* (FOUCAULT, 2005), não poderia desconsiderar a questão: por que tal enunciado e não outro em seu lugar? Ao refletir acerca da unidade do discurso no âmbito das formações discursivas esta unidade não se situa “[...] na coerência visível e horizontal dos enunciados formados, ela reside bem aquém, no sistema que torna possível e rege uma formação” (FOUCAULT, 2005, p. 80).

As palavras “negligência” e “flagrante” significam a partir posições de sujeito, lugares historicamente situados e uma formação discursiva familiar de onde os enunciados se tornam possíveis aos sujeitos que se tornam sujeitos ao enunciar. Ambas as palavras são depreciativas. Utiliza-se o recurso linguístico da ironia a fim de produzir um efeito de deslegitimação sobre os sujeitos a que os enunciados se referem. Isso não se dá por acaso e por é significativo que elas estejam ali e não outras palavras em seu lugar, pois revelam um sujeito social bem como efeitos de sentido e não outros que seriam produzidos caso houvesse utilização de outros vocábulos. Sobre isto, Almeida (2015) mostra que frequentemente os linguistas são significados pelos gramáticos na mídia por meio de pronomes indefinidos, como “um grupo” e “alguns colegas”, os quais podem ser substituídos por “poucos”, “uma minoria”.

A deslegitimação dos linguistas (e dos sociolinguistas, mais especificamente) aparece de modo mais acentuado nas sequências discursivas a seguir, em que os sociolinguistas aparecem como os paladinos implacáveis que defendem a todo custo a exclusão de toda norma culta. Novamente, a escrita é tomada como pano de fundo para as discussões e a língua falada é tomada como inexistente ou desimportante, já que não é mencionada. Este detalhe é importante para percebermos como os efeitos de sentido produzidos são alguns e não outros. Vejamos os enunciados:

(SD3): [...] a grafia **correta**, pode ser nada mais, nada menos do que nítida demonstração de **preconceito linguístico**. Esquecem-se, porém, os doutos avaliadores de que, nesse nível da formação escolar, se deve escrever como manda o dicionário (daqui a pouco, este será abolido também) (Língua Portuguesa, 2013, p. 37, grifos nossos).

(SD4): **Aceitar o ‘erro’** é, com certeza (com ‘z’, por favor), aceitar o **vale-tudo da língua**, por si só uma variedade infinita de formas e significações, cuja aprendizagem, porém, não permite que se chegue a um denominador comum [...] (Língua Portuguesa, 2013, p. 38, grifos nossos).

(SD5): As teorias da sociolinguística jamais deveriam ter **deixado as fronteiras da academia**. Nas escolas, elas só reduzem as chances de os estudantes aprenderem o bom português (Veja, 2011, p. 24, grifos nossos).

Ao tomar a escrita como parâmetro de definição de língua, esta passa a ser considerada enquanto estrutura abstrata de uso baseada em normatizações necessárias para o uso do “bom português” (Veja 2011). A fala é desconsiderada e o sujeito precisa dominar o código escrito; logo, a fala que se distancie da forma escrita passa a ser deslegitimada. Mas o sujeito-professor universitário que escreve de outro lugar que não um lugar de formação pautada nos estudos linguísticos (é doutor em estudos literários) menciona que a grafia “correta” revela presença de preconceito linguístico. A deturpação da temática de um dos estudos seminais da sociolinguística brasileira (a obra *Preconceito linguístico: o que é como se faz*, de autoria de Marcos Bagno) faz com que aquilo que é mencionado como “o vale-tudo da língua” na (SD4) reforce a retomada do imaginário social que apregoa que os linguistas querem a abolição da modalidade culta da língua portuguesa no Brasil.

As dicotomizações de “certo” e “errado” em (SD3) e (SD4) produzem o efeito de transparência da língua, como se, enquanto entidade abstrata, a língua não passasse de um jogo de oposições formais. Em (SD4), a utilização do termo “bom português” também se estabelece enquanto crítica à inserção das intervenções linguísticas no ensino. O espectro do “desserviço” se faz presente, ainda que a palavra não esteja materializada graficamente, portanto. Mas as relações que os sujeitos mantêm com a língua não são transparentes, o que há é uma ilusão de transparência, conforme explicita Zandwais (2012).

Essa ilusão diz respeito ao modo como as classes hegemônicas, ao se identificarem com a língua, passam a representá-la. Ao modo como constroem um imaginário de língua homogênea que, ao representar seus interesses, as representa, que lhes permite aprofundar as distâncias em relação às demais classes; enfim, que se torna útil à exclusão social dos linguisticamente desaparelhados, na medida em que refrata o fato de que uma mesma língua pode converter-se em muitas nas sociedades de classes (ZANDWAIS, 2012, p. 179).

Essa insistência em falar acerca do ensino e da influência da sociolinguística na intervenção dos modos de ensinar considerando variações e nuances com que a língua pode se apresentar no cotidiano dos falantes traz à tona a língua como um corpo material que serve aos modos e simbolizar e que se estende para além da comunicação. Não sendo apenas comunicação (devido ao fato de que, na AD francesa, nos distanciamos de um sujeito como fonte do dizer, cujos sentidos são apreendidos pelo outro “exatamente” como foram enunciados, sem percalços) a linguagem no âmbito dos estudos linguísticos (sobretudo nos estudos discursivos, na sociolinguística, na linguística cognitiva e na linguística aplicada em geral, por exemplo) passou a ser percebida como forma de interação.

O apagamento da língua falada com o conseqüente aparecimento de língua tomada como norma, a partir de um modelo de língua escrita, faz com que as críticas alusivas à sociolinguística não sejam pautadas na análise rigorosa do que esta ciência afirma. Então, não vale apenas reiterar o que pode e deve ser dito no interior de uma estrutura de formação de discursos, mas também como as posições dos sujeitos que se tornam sujeitos discursivos, que ao enunciar revelam lugares historicamente constituídos e ideologicamente marcados. Por isso que a “grafia correta”, o “erro” e o “bom português” emergem a partir de um modelo destacado a partir da dicotomia

certo/errado. Porque a língua escrita é percebida a partir das instâncias formais e nunca das instâncias do cotidiano.

Desse modo, para enunciar a partir de um lugar historicamente marcado como opositor aos linguistas e a inserção da ciência linguista no ensino só pode ser percebida através da alusão a uma língua estéril, enquanto sistema de formas normativas, como postula Zandwais (2012, p. 182), sendo este sistema

[...] ao mesmo tempo abstrato e alienado dos interesses do povo, língua estéril para os propósitos imediatos de interação cotidiana, para as conversas cotidianas no mercado, na fábrica, nas favelas, nas vilas, enfim, nas periferias, onde se encontra um expressivo contingente populacional de classes sociais mais baixas.

Este apagamento da língua como manifestação cultural, como heteroglóssica, heterogênea e múltipla produz um efeito de ocultamento na linguagem que faz jogar “para debaixo do tapete” a língua em funcionamento, enquanto linguagem que passaria a refletir as condições em que os sentidos se movem entre os falantes, de comunidade a comunidade, apagando, conseqüentemente, a própria possibilidade de subjetivação dos sujeitos enquanto usuários da língua. A consequência de uma não apropriação do sistema (já que a língua é tomada enquanto abstração formal) é o deslocamento do sujeito para o limbo da não existência, para a margem das estereotipações, do preconceito linguístico, situando-o no campo das deslegitimações enquanto falante. Assim como todo signo é ideológico e traz em si a oposição de Jânio Bifronte – o deus das duas cabeças cada qual virada para um lado oposto – o tudo o que não for “bom português” passa a ser “português ruim” e, com isso, exclui-se uma multidão de sujeitos desaparelhados linguisticamente.

### Considerações finais

No presente trabalho, buscamos analisar os efeitos de sentido sobre a ciência da linguagem e o linguista na mídia. Para isso, tomamos como *corpus* duas matérias, nas quais sujeitos que ocupam posições distintas (gramático normativo, professor universitário) enunciam de uma mesma perspectiva. Em ambas matérias são materializados discursos oriundos de uma tradição gramatical longínqua. Nesse contexto, a Linguística é vista como uma ciência do “valeduto” e os linguistas, sujeitos que prestam um “desserviço” à sociedade e aos alunos. Sentidos que circulam em nosso imaginário, uma vez que a norma culta é, ainda hoje, naturalizada como a língua correta e que aprendê-la é um requisito fundamental para que os seus sujeitos falantes exerçam sua cidadania linguística e nacional (língua e Estado estão intimamente ligados) e consigam alcançar bons empregos.

Porém, defendemos que a discussão das línguas não pode se dar na escola como se a gramática tivesse que ser pautada em um modelo formal de língua escrita, imutável, homogênea, estática. Não se pode dar através de imposições. Assim, um dos motivos para a ineficácia escolar em relação ao ensino gramatical (e isso pode nos fazer pensar sobre os modos de pensar a língua na escola) foi mencionado pelo linguista Sírio Possenti que, baseado na obra de Mário Perini publicada em 1997 e intitulada *Sofrendo a gramática*, retomou-a em 2011:

Linguasagem, São Carlos, v. 26 (1): 2016.

[...] a gramática é uma disciplina em geral mal ensinada: não se estuda gramática como se estuda história ou biologia ou física, que tentam compreender fatos como ocorreram, como são as coisas no domínio dos seres vivos ou como se explica o mundo, o comportamento da matéria. Os argumentos dos gramáticos, quando existem, são argumentos de autoridade. Não são convincentes, não são baseados em fatos, não são demonstrados, são impostos (POSSENTI, 2011, p. 21).

Portanto, é importante que a Linguística e os linguistas, cada vez, promovam um diálogo de forma profícua entre a universidade - onde se institucionalizou em meados da década de 1960 - e a escola - instituição onde ainda é propalado um homogeneizamento linguístico, ao silenciar possibilidades outras do dizer. Ademais, é preciso trabalhar esses efeitos de sentido negativos que são produzidos em relação à Linguística e aos linguistas, pois, situado no âmbito das discussões que aqui propusemos, o sentido é sempre provisório e constituído sócio-historicamente.

Nas palavras de Moita Lopes (2006), a pesquisa e a vida social não podem ser separadas. Dessa forma, politizar o ato de pesquisar é fazer chegar noutros rincões para além dos muros acadêmicos aquilo que se estuda. Assim, acreditando com Pennycook (2001) que todo conhecimento é político e vem de algum lugar, os modos como os conhecimentos se alastram pela sociedade precisam ser cada vez mais problematizados para que se desconfie das discursivizações de enunciados historicamente assentados no lugar do verdadeiro. Mais do que uma responsabilidade, é um dever de toda ciência que produza efeitos no ensino, sobretudo no que diz respeito a pesquisadores que buscam estar atentos aos interesses a que afirmam servir os conhecimentos por ela produzidos.

## Referências:

ALMEIDA, A. A construção de imagens da Língua Portuguesa na mídia: um olhar discursivo. **Texto Livre**, v. 6, n. 2, p. 1-11. 2013.

ALMEIDA, A. **A posição-sujeito construída na autoria de Evanildo Bechara**: entre a tradição gramatical e os estudos linguísticos. Dissertação (Mestrado em Letras), Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2015.

AUROUX, S. **A revolução tecnológica da gramaticalização**. Tradução Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

BAGNO, M. **Preconceito linguístico**: o que é, como se faz? São Paulo: Loyola, 1999.

FARACO, C. A. Linguística e senso comum: ainda há espaço para a racionalidade científica? In: SILVA, F. L.; RAJAGOPALAN, K. (Orgs.). **A linguística que nos faz falhar**: investigação crítica. São Paulo: Parábola, 2004. p. 66-70.

FARACO, C. A. **Norma culta brasileira**: desatando alguns nós. São Paulo: Parábola, 2008.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Tradução Luiz F.B. Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

GUIMARÃES, E. Sinopse dos estudos do português no Brasil: a gramaticalização brasileira, In: GUIMARÃES, E.; ORLANDI, E. P. (Orgs.). **Língua e cidadania: o português no Brasil**. Campinas: Pontes, 1996a. p. 127-138.

GUIMARÃES, E.; ORLANDI, E. P. Identidade linguística. In: GUIMARÃES, E.; ORLANDI, E. P. (Orgs.). **Língua e cidadania: o português no Brasil**. Campinas: Pontes, 1996b. p. 9-15.

INDURSKY, F. Estudos da linguagem. Língua e ensino. **Organon**. v. 24, n. 48, p. 35-54, jan./jun. 2010.

LAGAZZI-RODRIGUES, S. A língua portuguesa no processo de institucionalização da linguística. In: ORLANDI, E. P.; GUIMARÃES, E. (Orgs.). **Institucionalização dos estudos da linguagem: a disciplinarização das ideias linguísticas**. Campinas: Pontes, 2002. p. 13-22.

LEANDRO FERREIRA, M. C. (Org.). **Glossário de termos do discurso**. Porto Alegre: Instituto de Letras da UFRGS, 2001.

LIMA, R. A. Em defesa da gramática [entrevista com Evanildo Bechara], **Veja**, p. 21-25. 2011. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx?cod= JNJMKQDQQR>>. Acesso em: 12 jan. 2015.

LIMA, R. S. Traquinices linguísticas. **Língua Portuguesa**, ed. 42, p. 30-39. 2013.

MOITA LOPES, L. P. **Por uma linguística aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola, 2006.

ORLANDI, E. P. O Estado, a gramática, a autoria. **Relatos**. v. 4. 1997. Disponível em: <[http://www.unicamp.br/iel/hil/publica/relatos\\_04.html](http://www.unicamp.br/iel/hil/publica/relatos_04.html)>.

ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio**. 6. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2007a.

ORLANDI, E. P. **Interpretação: autoria, leitura e efeito do trabalho simbólico**. 5. ed. Campinas: Pontes, 2007b.

ORLANDI, E. P. **O que é linguística**. São Paulo: Brasiliense, 2009.

ORLANDI, E. P. **Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos**. 4. ed. Campinas: Pontes, 2012.

ORLANDI, E. P. **Ciência da linguagem e política: anotações ao pé das letras**. Campinas: Pontes, 2014.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Trad. Eni P. Orlandi et al. 4. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

PÊCHEUX, M. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. 6. ed. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 2012.

PÊCHEUX, M. Ler o arquivo hoje, In: ORLANDI, (Org.) **Gestos de leitura: da história no discurso**. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014. p. 57-68.

PENNYCOOK, A. **Critical Applied Linguistics: a critical introduction**. London: Lawrence Erlbaum Associates, 2001.

PENNYCOOK, A. Os limites da linguística, In: SILVA, F. L.; RAJAGOPALAN, K. (Orgs.). **A linguística que nos faz falhar: investigação crítica**, São Paulo: Parábola, 2004. p. 39-43.

POSSENTI, S. **Questões de linguagem: passeio gramatical dirigido**. São Paulo: Parábola, 2011.

SCHNEIDERS, C. M. A Linguística em livros introdutórios. A produção do conhecimento a partir do modo como se concebe determinado domínio de saber. **E-escrita Revista do Curso de Letras da UNIABEU**, v. 4, n. 2, p. 26-39. 2013.

Linguasagem, São Carlos, v. 26 (1): 2016.

SILVEIRA, E. L. (Des)construções acerca do imaginário de uma língua homogênea. Consequências e discursivizações de um mito. **Linguagem, educação e memória**, n. 04, p. 1-10. 2013.

SPOLSKY, B. Deixe o seu linguista em paz. In: SILVA, F. L.; RAJAGOPALAN, K. (orgs.). **A linguística que nos faz falhar**: investigação crítica. São Paulo: Parábola, 2004. p. 48-52.

ZANDWAIS, A. Subjetividade, sentido e linguagem. Desconstruindo o mito da homogeneidade da língua In: ZANDWAIS, A. (org.) **História das ideias**: diálogos entre linguagem, cultura e história. Passo Fundo: Editora da UPF, 2012. p. 175-191.

*Recebido em: 15/07/2015. Aceito em: 11/07/2016.*